



ABIA/SUSTENTABILIDADE-12/26

São Paulo, 10 de abril de 2026

A Sua Excelência, o Senhor Embaixador André Corrêa do Lago

Presidente da COP30 / Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do MRE
Esplanada dos Ministérios, Bloco H - Brasília, DF.

Assunto: Contribuição Estratégica da Indústria de Alimentos para os Roadmaps da COP30

Senhor Presidente,

A Associação Brasileira da Indústria de Alimentos - Abia, na qualidade de entidade **observadora oficial** da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (**UNFCCC**), vem, por meio deste documento, submeter suas contribuições referentes ao **Roadmap da Presidência da COP30**. Esta manifestação demonstra os **esforços do setor brasileiro de alimentos para contribuir com as metas globais** de clima e florestas, conciliando a preservação ambiental com a segurança alimentar e o desenvolvimento socioeconômico.

Como **entidade observadora oficial da COP** e voz da maior indústria do país, a **ABIA** apresenta esta contribuição fundamentada na realidade de um setor que é o elo vital entre o campo e a mesa da população brasileira e global. Em 2025, a indústria brasileira de alimentos **processou 62% da produção** agropecuária **nacional**, atuando como um catalisador estratégico para a descarbonização e a agregação de valor tecnológico em toda a cadeia produtiva.

Nossa atuação é balizada por uma robustez econômica que sustenta a segurança alimentar em mais de **190 países**:

- Representamos **10,8% do PIB brasileiro**³.
- **Impacto Social:** Sustentamos uma rede que alcança **10,6 milhões de trabalhadores**⁴ em toda a cadeia – o que exige que a transição seja socialmente inclusiva.
- **Vanguarda Exportadora:** Com **US\$ 66,73 bilhões em exportações**, lideramos o fornecimento global de alimentos industrializados com padrões rigorosos de eficiência e sustentabilidade.



Vale ressaltar, que no Brasil é um país de dimensões continentais, com mais de 40 mil indústrias de alimentos, de portes variados (pequeno a grande), nacionais a multinacionais, e com diferentes níveis de maturidade em relação a agenda de Sustentabilidade.

É nessa perspectiva de **liderança setorial** e, consciente de que a responsabilidade é sistêmica, que **a ABIA submete suas contribuições ao Roadmap da COP30**, articulando os **desafios de mitigação e adaptação climática** sob a ótica de uma transição que deve ser tecnicamente viável, economicamente sustentável e socialmente inclusiva.

PARTE I - Transição Energética Justa, Ordenada e Equitativa

(a) Barreiras Críticas: O Desafio da Infraestrutura e Escala

Sob a ótica da **Mitigação**, a principal barreira reside na substituição do calor fóssil em processos industriais de alta escala, onde a eletrificação ainda enfrenta custos de capital elevados para a conversão de caldeiras⁵. Outros exemplos de desafios são relacionados a logística para transporte de alimentos e as emissões envolvidas (combustível e refrigeração). Já na **Adaptação**, a maior barreira é a vulnerabilidade da cadeia de suprimentos (Escopo 3) a eventos climáticos extremos, evidenciando a necessidade urgente de infraestrutura hídrica com investimento em soluções estruturantes de produção resiliente e eficiente, e logística resiliente para evitar perdas e assegurar a estabilidade de preços⁶.

(b) Alavancas de Aceleração: A Potência da Matriz Brasileira

O Brasil possui alavancas únicas que podem ser escaladas globalmente. A principal delas é a **Economia Circular do Biometano**, utilizando resíduos do processamento de alimentos para substituir o diesel em frotas e o gás natural em plantas industriais⁷. Além disso, o fomento aos **Bioinsumos e Fertilizantes Verdes** surge como a alavanca definitiva para descarbonizar a base da produção alimentar sem comprometer a produtividade⁸. No entanto, é necessário considerar a implementação de uma regulamentação que faça desses bioinsumos seguros para utilização.

(c) Experiências e Melhores Práticas: Compromissos em Ação

Apesar dos desafios, há cases do setor de alimentos de transformação de metas climáticas em modelos de gestão auditáveis:

- **Rumo ao Net Zero:** Compromissos públicos individuais de neutralidade de carbono até 2040/2050 depositados na plataforma *Race to Zero*⁹.

- **Energia e Circularidade:** Investimentos massivos em transição para energias renováveis e fortalecimento da logística reversa de embalagens pós consumo, com a meta nacional de atingir **50% de recuperação pós-consumo até 2040¹⁰**, de acordo com o Planares - Plano Nacional de Logística Reversa, em vigor.
- **Gestão de Risco:** Implementação de monitoramento via satélite e agricultura regenerativa para adaptar o fornecimento aos eventos extremos.

(d) Transição Justa: Garantindo a Segurança Alimentar

Para a ABIA, uma transição justa exige que as políticas climáticas não onerem o acesso a alimentos. O Roadmap deve prever:

1. **Diferenciação Tecnológica:** Reconhecimento dos biocombustíveis como solução imediata para países tropicais.
2. **Financiamento para PMEs:** Fomentar linhas de crédito facilitadas para a modernização tecnológica.
3. **Segurança Alimentar como Salvaguarda:** Garantir que o abandono de combustíveis fósseis seja feito de forma ordenada, evitando crises de abastecimento¹¹.

Referências e Fontes:

1. Status de Organização Observadora junto ao Secretariado da UNFCCC.
2. Relatório de Desempenho Setorial ABIA 2025 (www.abia.org.br).
3. Dados consolidados do PIB pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ABIA (2025).
4. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e levantamento indireto da cadeia (2025).
5. Roteiro de Descarbonização da Indústria - CNI/ABIA (2025).
6. Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) - Capítulo Agroindústria.
7. Plano Nacional de Resíduos Sólidos e Pacto pelo Biometano (2025).
8. Plano Nacional de Fertilizantes (PNF 2022-2050).
9. Plataforma Global Race to Zero (UNFCCC) - Compromissos Setoriais.
10. Plano Nacional de Logística Reversa: [Planares-B.pdf](#).
11. Diretrizes de Segurança Alimentar da FAO (Relatório SOFI 2025).

PARTE II - Reverter o Desmatamento e a Degradação Florestal até 2030

(a) Barreiras Críticas: O Custo da Conformidade e a Criminalidade

O setor identifica barreiras que impedem o avanço célere rumo ao desmatamento zero:

- **Econômica/Financeira:** O alto custo de implementação de sistemas de monitoramento e georreferenciamento para **pequenos produtores**, que compõem uma parcela vital da base de suprimentos da indústria.

- **Institucional:** A persistência de crimes ambientais organizados que operam à margem da lei, exigindo uma repressão estatal robusta para que o setor produtivo não seja penalizado por práticas ilegais de terceiros².
- **Tecnológica:** O Brasil conta com sistemas como o PRODES e o DETER (INPE), além do MapBiomass e o alcance global do Global Forest Watch, no entanto, há uma lacuna de integração, como a falta de interoperabilidade automatizada entre essas bases de monitoramento em tempo real e os dados fundiários, limitando a eficácia da fiscalização remota e dificultando a validação imediata da conformidade.

(b) Alavancas de Aceleração: Bioeconomia e Rastreabilidade

Para acelerar a meta de 2030, a ABIA defende o uso de alavancas que transformem a conservação em valor econômico:

- **Pagamento por Serviços Ambientais (PSA):** Criar mecanismos financeiros que remunerem o produtor rural por manter a floresta excedente à reserva legal.
- **Bioeconomia e Agrofloresta:** O fomento a sistemas agroflorestais que permitam a produção de alimentos (ex.: cacau, café, frutas) em consórcio com a floresta nativa, gerando renda e restauração simultâneas³.
- **Digitalização da Cadeia:** A adoção de tecnologias de blockchain contribuem para a rastreabilidade. Ao integrar-se automaticamente as bases de monitoramento, ele assegura que as evidências de conformidade sejam imutáveis e auditáveis, atendendo regulamentações internacionais de comércio. Ademais, a rastreabilidade deve ser proporcional, ou seja, considerando o balanço de massa e diferentes modelos produtivos.

(c) Experiências e Melhores Práticas: O Modelo Brasileiro

A indústria de alimentos brasileira acumulou lições valiosas que podem ser replicadas:

- **Agricultura Regenerativa:** iniciativas implementadas pelo setor demonstram avanços na mitigação do desmatamento ao priorizar a **recuperação de solos degradados** e a intensificação sustentável em áreas já consolidadas, reduzindo a necessidade de expansão de fronteiras agrícolas sobre vegetação nativa. Práticas como o **plantio direto**, a **rotação de culturas** e o uso de **bioinsumos** têm sido escaladas através de parcerias que oferecem incentivos financeiros diretos aos produtores, incluindo modelos híbridos de pagamento por prática e por resultados ambientais verificados. Essas iniciativas, que já abrangem dezenas de milhares de hectares em biomas como o Cerrado e a Amazônia, promovem a **resiliência climática** e a

segurança alimentar, fortalecendo sistemas produtivos mais resilientes que promovem cadeias de suprimentos livres de conversão de ecossistemas naturais.

- **Monitoramento de fornecedores: O geomonitoramento via satélite** e o cruzamento de dados de transporte são ações importantes para a construção da rastreabilidade de fornecedores ao longo da cadeia. Essas iniciativas contribuem para cadeias produtivas livres de desmatamento e degradação florestal, combinando **tecnologia geoespacial** com suporte técnico para promover a regularização na cadeia de suprimentos.
- **Restauração Produtiva:** Projetos de recomposição de APPs (Áreas de Preservação Permanente) que utilizam espécies nativas com potencial econômico, aliando conservação à segurança financeira do agricultor.

(d) Diversas Realidades: Direitos e Desenvolvimento

O roadmap deve refletir a pluralidade dos territórios:

1. **Povos Indígenas e Comunidades Locais:** O setor de alimentos apoia a integração de cadeias produtivas sociobiodiversas, respeitando o conhecimento tradicional e contribuindo com o acesso desses produtos ao mercado industrial formal.
2. **Diferenciação por Estágio de Desenvolvimento:** O combate ao desmatamento em países tropicais deve vir acompanhado de **cooperação internacional e financiamento climático**, evitando que regras de comércio se tornem barreiras protecionistas injustas.
3. **Gestão Sustentável:** Promover o manejo florestal sustentável como alternativa econômica viável ao desmatamento, reconhecendo que a floresta só será preservada se gerar prosperidade para quem nela vive.
4. **Preservação de Biomas Vitais:** A proteção do **Cerrado, berço das águas** e hotspot de **biodiversidade**, é indissociável das metas climáticas brasileiras. Estratégias que integram o monitoramento de áreas nativas com o incentivo ao uso de tecnologias de baixo carbono em pastagens degradadas contribuem com a segurança hídrica e a resiliência agrícola. Esse olhar plural assegura que o desenvolvimento econômico respeite a sociobiodiversidade e as vocações específicas de cada ecossistema.

Referências e Fontes (Base 2025/2026):

1. Relatório Anual ABIA 2025 e dados setoriais de processamento.
2. Estratégia Nacional de Segurança Pública Ambiental (Governo Federal, 2025).
3. Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDB 2024-2030).